

O pesquisador e a liberdade teórica
[The researcher and theoretical freedom]

RESENHA

[BARROS, José D'Assunção. A construção da teoria nas ciências humanas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.]

Thais Firmino
Thaiane Firmino



Escrito pelo doutor em História e professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), José D'Assunção Barros, o livro *A Construção da Teoria nas Ciências Humanas* foi publicado este ano e apresenta discussões acerca das tensões existentes entre a teoria e o campo do saber no universo das Ciências Humanas - Antropologia, Sociologia, Filosofia, Comunicação, Educação, História e Geografia. A obra, que conta com treze capítulos distribuídos em 101 páginas, aborda a constante re colocação do pesquisador - chamado por Barros de “praticante do campo disciplinar” - diante do desafio de adequar às tendências disponíveis à sua própria liberdade teórica.

No primeiro capítulo, intitulado Os limites da liberdade teórica, o autor afirma que qualquer campo disciplinar possui uma dimensão teórica, sendo essa caracterizada por conceitos operacionalizados, vocabulário próprio, trânsito de paradigmas aceitos, correntes teóricas de aplicação e objetos de estudo. Para ele, a partir desses pontos a teoria se configura como o repertório do “modos de ver” (campo disciplinar) e o praticante de campo corresponde ao “modos de fazer” (metodologia). José D’Assunção Barros enfatiza, porém, que as relações entre o campo disciplinar e sua dimensão teórica é um contexto marcado por disputas territoriais que são ainda mais evidentes nas Ciências Humanas.

A partir daí, já no segundo capítulo (A ilusão da coerência absoluta), o autor questiona a predileção de pesquisadores por um único sistema teórico ou apenas um paradigma. Barros propõe verificação ao conceito de Matriz Disciplinar, de Thomas Kuhn, que defende a expansão do olhar para a possibilidade de multiparadigmas dentro dos estudos em Ciência Humanas e indaga, inclusive, se o “autor-fundador de determinada corrente teórica tem poderes absolutos sobre a perspectiva teórica que se originou de suas reflexões sistemáticas” (p. 13).

Salutar destacar, no entanto, que Barros aponta vantagens no que concerne ao rompimento com a construção de grandes sistemas que objetivavam dar conta de tudo e entende que, sobretudo no âmbito das Ciências Humanas e das Ciências Sociais, a liberdade teórica é benéfica. O autor recomenda que “só se deve aderir a todos os elementos de um determinado paradigma [...] se o pesquisador sente-se inteiramente à vontade com o seu tema no ambiente teórico proporcionado por esta sua escolha” (p. 15) e alerta que aceitar imposições cegamente é contraproducente e limitador.

A ideia de possibilitar o entrelaçamento entre as teorias é defendida pelo autor com a justificativa de que o pesquisador precisa ter um olhar humano e “aberto ao desafio de explorar novas paisagens” (p. 16). As linhas subsequentes (capítulo 3) criticam a rejeição em mesclar autores e conceitos supostamente incompatíveis. Para José D’Assunção Barros, a compatibilidade de um autor/conceito é determinada pelo objeto de estudo específico, não por visões gerais. Por isso, defende que a “invenção conceitual” - capacidade do próprio pesquisador formular novas teorias - é enriquecedora.

O “fetiche do autor” - espécie de aceitação total das ideias de determinado autor por parte do pesquisador - é outra trava à pesquisa apresentada na obra, em seu quarto capítulo. Para Barros, aceitar acriticamente tudo que um autor escreveu é anticientífico. Ele destaca a incoerência no uso de textos fora do contexto original e aponta que tal prática pode culminar em deformação da teoria. Seguindo esse raciocínio, já no capítulo 5, o autor faz ilações sobre a importância da argumentação através do livre debate de ideias - lançando mão de refutações, retificações, reflexões e rediscursos. O capítulo destaca ainda a validade da contraposição entre teorias, com o intuito de demonstrar que uma funciona melhor que outra em relação a determinado objeto de estudo em seu respectivo contexto.

Para Barros, mesmo que posteriormente autores rejeitem seus próprios escritos e migrem de um campo teórico para outro, as contribuições teóricas deles não são canceladas. O autor alerta ainda que a hierarquia entre instituições de ensino ou de pesquisa não deve ser quesito para desconsiderar as contribuições de determinados autores.

O temor às consequências adversas (título do capítulo 6) é apontado por Barros como outro obstáculo à pesquisa. Para exemplificar tal entrave, o autor critica que, sob a justificativa de que haveria o risco de arruinar sistemas religiosos, o ensino criacionista (Bíblia) fosse imposto sem que houvesse menção da Teoria das Espécies (Charles Darwin). No entanto, José D’Assunção Barros derrapa ao longo do exemplo quando afirma que o Criacionismo é uma “teoria acientífica”. Com tal declaração, o autor acaba por desconsiderar a existência das discussões acerca do Criacionismo Científico - modelo alternativo que explica a criação através de evidências científicas associadas a um planejamento com propósito - e ignora a existência de instituições como o *Creation Research Society*¹.

Encarar a teoria como doutrina também é um dos pontos criticados no livro. O capítulo 7 é dedicado a abordagem do que o autor intitula de “mesmice discursiva”. Para ele, quando o pesquisador conhece as linguagens de observação já existentes e as domina, é importante que se arrisque na criação de novas, sobretudo para evitar a

¹ <https://creationresearch.org/general-information/>

estagnação do discurso baseada na adoração de conceitos já existentes. Segundo Barros, o conceito deve ser colocado à serviço do pesquisador, não o inverso. Caso contrário, resume: “[ocorre] uma espécie de metamorfose invertida, a borboleta converte-se em larva. [...] Este é o momento em que uma teoria transforma-se em doutrina”. (p. 49)

Um dos equívocos mais graves na lida do pesquisador, apontado por Barros, é o anacronismo - aplicar, indiscriminadamente, conceito ou sistema teórico que se mostrou eficaz para a análise de determinada realidade e tempo. O oposto também é arriscado, segundo o autor. Para ele, rejeitar o uso de categorias de análises desenvolvidas no mesmo tempo e localidade sob alegação de que no passado elas não existiam também é um erro. No capítulo em questão há explícita insistência de Barros para que o pesquisador não confunda “nível de análise” (instrumentos conceituais) com “realidade das fontes” (realidade analisada), e ele explica: “Para compreender os pensamentos de um chinês da época dos mandarins, terei de me avizinhar dos códigos que (tanto quanto me for possível perceber) regeriam o universo mental dos chineses. Este exercício de compreender o “outro chinês” é que tem que ser feito. Mas não é a análise que tem de ser chinesa” (p. 60).

A partir do capítulo 9 a interdisciplinaridade é abordada na obra como indispensável à pesquisa. A falta dela, segundo o autor, inflexibiliza a investigação que passa a estar blindada e, portanto, suscetível a se transformar em doutrina - o que é extremamente pernicioso para a cientificidade, que se define como aberta à críticas externas e passível de reformulações. Os capítulos subsequentes tratam sobre as coerções estatais e econômicas que podem atingir o praticante de campo e, conseqüentemente, o resultado da pesquisa. Barros não pontua, porém, que a aceitação ou não de tais imposições está sob o poder de escolha do pesquisador. Cabendo-lhe, portanto, decidir conscientemente sobre o teor dos seus escritos: documentar o que foi verificado ou registrar distorções em troca de *benesses* de qualquer ordem.

Nos dois últimos capítulos as discussões continuam girando em torno dos deslizes teóricos, mais precisamente sobre o que o autor denomina de “falácia da concretude mal colocada” - quando o pesquisador “toma por engano suas próprias abstrações por realidades concretas” (p. 81). Segundo Barros, esse engano é

responsável por desfigurar o estudo, uma vez que descontextualiza a realidade analisada em face dos instrumentos conceituais. “Não é a realidade histórica ou o conjunto de evidências e fontes [...] que devem ser forçados, a todo custo, a se adaptar ao modelo teórico preestabelecido” (p. 82), pontua. O autor, coerentemente, defende que o modelo teórico é um meio para apreender e interpretar, de acordo com determinada perspectiva, a realidade. “Ademais, devemos ter sempre em mente que a realidade é complexa [e a] teoria, ainda que procure apreender essa complexidade, não é ela mesma o “real”, mas apenas a “rede” através da qual se busca capturar algo da realidade complexa” (p. 83).

Assertivamente, José D’Assunção Barros finaliza a obra advertindo o pesquisador quanto à necessidade de se afastar da “inaudácia” ao longo da pesquisa. Para ele, é necessário praticar “tentativas e erros”, pois se manter na zona de conforto e usar apenas a teoria mais segura reflete covardia. Apesar dos pontos já criticados, por tratar com objetividade sobre questões como disputas territoriais nas Ciências Humanas e Sociais, liberdade teórica do pesquisador, perigos da doutrinação teórica e capacidade do praticante de campo formular novas teorias, o livro contribui com o debate sobre investigação científica e, sobretudo, com a vida do investigador.

SOBRE AS AUTORAS:

THAIS FIRMINO: Jornalista; Mestranda em Comunicação pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Graduada em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Técnica em Jogos Digitais pelo Centro Universitário Estácio de Sá (FIC). E-mail: firminothais@gmail.com.

THAIANE FIRMINO: Jornalista; Mestranda em Comunicação pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Graduada em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Técnica em Meio Ambiente pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). E-mail: thianefirmino@gmail.com.